

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ará
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Diretor Industrial
Osvaldo Abílio Braga

Editor Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

Rever o Orçamento

A CPI do Orçamento entra, finalmente, na reta final de seus trabalhos, que estarão concluídos no dia 24. Raras vezes uma comissão de inquérito do Congresso Nacional terá operado com tanta responsabilidade e tanta cobertura dos meios de comunicação quanto esta, que praticamente vem monopolizando a atenção da mídia impressa e eletrônica nos últimos três meses. Nada se passou sem que a opinião pública tivesse informação imediata e detalhada, ainda que nem sempre justa e equânime.

Por outro lado, trata-se de uma comissão inédita, na medida em que todas as demais sempre foram criadas para investigar irregularidades ocorridas fora do âmbito do Parlamento, enquanto esta focaliza membros do próprio Congresso como principais envolvidos em atividades ilícitas, juntamente com figuras do poder Executivo federal e até de estados. Ainda não se tinha visto uma CPI que expusesse à Nação os mecanismos internos de atuação do Legislativo na elaboração do Orçamento Geral da União.

Antes mesmo do relatório final do deputado Roberto Magalhães e das conclusões que o plenário da CPI venha a aprovar, fica evidente ao mais desinformado dos cidadãos deste País que alguma coisa de muito profunda deve ser feita em relação ao processo de discussão e de votação do Orçamento. Nos Estados Unidos e em outras democracias mais avançadas, essa questão é prioritária não apenas pelos seus aspectos éticos e morais. Na verdade, trata-se de como deve ser aplicado, e bem aplicado, o dinheiro que o contribuinte entrega ao Estado sob a forma de impostos.

As mazelas encontradas pela CPI no curso de suas investigações exaustivas

mostram que o País não pode mais conviver com os métodos até agora empregados pelo Congresso, ou por parte dele, para gerir esses recursos. Não é o caso de saber, apenas se deve ou não ser mantida a hoje tristemente famosa Comissão Mistra do Orçamento. A questão é mais profunda. O que se discute é a transparência total do processo orçamentário, inclusive na outra ponta, ou seja, a liberação de recursos pelo Poder Executivo.

O que a Nação verifica, após tantos meses de trabalho e de revelações escandalosas, verdadeiras ou não, é que o dinheiro do contribuinte segue um curso sinuoso e até misterioso para chegar ao seu destino, que deveria ser o de financiar a saúde, a educação, os transportes, enfim, as necessidades da população e a máquina do Estado. É disso que se trata. Fossem mais transparentes e mais controlados tais caminhos e certamente ficaria muito mais difícil a prática da corrupção. E, quando constatada, seria mais fácil a sua identificação e punição dos responsáveis — fossem do Legislativo ou do Executivo.

É provável que o relator da CPI, que já exerceu cargo de governador, aborde esse aspecto no seu relatório final. De fato, a CPI não pode concluir seus trabalhos indicando apenas punições para eventuais culpados. É preciso ir mais longe e sugerir também ao Congresso revisor da Carta de 1988 que introduza mecanismos mais eficientes para a obtenção de transparência nos futuros Orçamentos da República. Em caso contrário, ficará a sensação de conforto pela punição de corruptos do passado mas sem a garantia de que tais abusos não venham a ocorrer no futuro. E este último aspecto é o mais relevante.